

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO

Fabiana Pinto da Cunha¹, Maria de Lourdes Dias Feitosa¹, Miriam Sanches Moreira¹, Valéria Cristina Soares Moreira¹, Prof^a. Msc. Maria Angélica Gomes Maia, Orientadora.

¹Universidade do Vale do Paraíba/FEA, Rua Tertuliano Delphim Jr., 181. mamaia@univap.br

Resumo: Este artigo se propõe discutir, refletir e apresentar situações de aquisição de alfabetização e letramento praticados na rede estadual e particular de ensino de São José dos Campos. O trabalho foi desenvolvido no módulo Alfabetização e Letramento, no 3º período do curso de Pedagogia, no presente ano, da Universidade do Vale do Paraíba/UNIVAP, em São José dos Campos, a partir dos estudos teóricos das obras de Ferreiro (1984), Soares (2006), Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) considerados como referências para o trabalho de alfabetização no ensino fundamental. A análise foi realizada a partir da elaboração de um “kit” contendo materiais variados e que circulam no contexto social para leitura e escrita (jornais, panfletos, conta de água, luz, telefone, livros, revistas diversas) e fichas contendo situações para escrita e leitura, buscando identificar os níveis da escrita onde se encontram os alunos pesquisados, relacionando o papel da escola como promotora da inserção da criança na aquisição da lectoescrita, fazendo um contraponto entre os estudos teóricos, metodológicos e as práticas realizadas nas três escolas deste estudo.

Palavras-chave: Currículo, lectoescrita, psicogênese da língua escrita, metodologia de alfabetização.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas (Educação)

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a escola passou por transformações na compreensão sobre a aquisição da língua materna. Nos anos 60, buscava-se a causa do fracasso escolar; já na década de 80, com a influência da Psicogênese da Língua Escrita, E. Ferreiro e A. Teberosky (1984) mudou-se o jeito de olhar a situação, deslocando o olhar de como se ensina, buscando a compreensão no como se aprende. O professor que antes ensinava para quem ia à escola e diagnosticava quem aprendia ou não, após os conhecimentos da pesquisa mudou o enfoque e suas estratégias didáticas, mostrando que o aluno quando chega à escola traz para este novo contexto hipóteses e conhecimentos sobre a ler, escrever, e interpretar, ou seja; já é um usuário da linguagem, usando na como elemento de participação social.

Segundo Piaget (1992) o sujeito cognoscente é o sujeito do seu próprio conhecimento, e que cada um tem seu ritmo de aprendizagem, logo na aquisição da leitura e da escrita o aluno passa por níveis e que os mesmos dependem das oportunidades de efetiva participação no universo letrado e assim vai atingir os níveis da escrita de diferentes maneiras.

Estudando o livro Letramento (Magda Soares, 2006), Paulo Freire (1967, 1970, 1970, 1976) foi um dos primeiros educadores a realçar esse poder “revolucionário” do letramento, ao afirmar que ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como um meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la”.

Não basta ensinar a ler e escrever é preciso criar condições para que a criança possa fazer uso da leitura e da escrita, envolvendo-se em práticas sociais que envolvam a mesma.

Estes conhecimentos a partir da publicação em cenário nacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, que apontam a escola como espaço privilegiado de promoção da alfabetização, mas que ela deve considerar os conhecimentos que a criança traz de casa, como bagagem cultural socialmente construída pela inserção desde seu nascimento num mundo onde a leitura e a escrita fazem parte dela.

Este artigo tem por objetivo investigar a aprendizagem da aquisição da língua escrita em crianças do ensino fundamental, de diferentes fases, pertencentes a 2º, 3º e 4º do ensino fundamental de uma escola da rede pública e privada.

Sabendo que a inclusão, hoje é um direito legal assegurado pela lei nº. 7.853/89, uma das crianças investigada tem necessidades educacionais especial, pertencente a uma escola estadual, servindo como um parâmetro para saber como está seu desenvolvimento.

A partir dos conhecimentos da obra de Ferreiro, aprender a ler e escrever não é uma questão de método e sim de compreensão, a criança constrói seu conhecimento a partir de suas hipóteses e conhecimento prévio. À medida que os professores foram se apropriando dessa nova concepção houve uma transformação na maneira de ensinar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Ela e seus colaboradores buscaram identificar e entender como a criança aprende, deslocando a investigação do “como se ensina” para o “como se aprende”, a autora descobriu e descreveu a psicogênese da língua escrita, abrindo assim um espaço para uma pesquisa em pedagogia, em que o papel do educador muda radicalmente, passando a perceber que precisa fazer um diagnóstico e valorizar o conhecimento prévio da criança. Rompendo assim o círculo vicioso da reprodução do analfabetismo.

Nestas mesmas pesquisas tiveram indicadores mais claros sobre as explorações que as crianças realizam para compreender a natureza da escrita, configuradas em suas produções espontâneas, entendendo como tal as que não são o resultado de uma cópia (imediate ou posterior). Quando uma criança escreve tal como acredita e poderia ou deveria escrever certo conjunto de palavras, está nos oferecendo um valiosíssimo documento que necessita ser interpretado para poder ser avaliado.

Conforme a psicogênese, a leitura e a escrita parece ser algo estranho para a criança, não tem noção que é algo importante para sua vida. Se a criança aprende a escrever mecanicamente distorce a linguagem escrita. É preciso levar a criança a uma compreensão interna da escrita. A escrita como cópia inibe a verdadeira escrita, e apenas decifrar a leitura cria também outros problemas.

Soares (2002) em seu livro Letramento um tema em três gêneros, afirma que não basta ensinar a ler e escrever, é preciso levar as crianças a fazer uso da leitura e escrita, participando de práticas sociais onde se façam necessárias, e para que alcancem um nível de letramento são necessárias duas condições: a primeira é que haja uma escolarização real e efetiva da população e a segunda é que tenha disponibilidade de material de leitura. Soares também afirma que sem as duas condições mencionadas acima, é impossível formular um conceito único de letramento adequado a todas as pessoas, em todos os lugares, em qualquer tempo, em qualquer contexto cultural ou político.

O PCN de Língua Portuguesa mostra como é importante não somente a alfabetização, mas trabalhar para melhorar o nível de letramento, para isso chama a atenção para a leitura e a diversidade de texto. É preciso organizar um trabalho educativo com o objetivo de formar cidadãos capazes de compreender diferentes textos, interpretar e que seja capaz de refletir, não somente decodificar.

3. MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa foi realizada com cinco crianças do ensino fundamental, com idade entre seis e dez anos, sendo duas de escolas particulares, uma na

Região Central e outra localizada na Região Sul. As outras três crianças frequentam escolas da rede estadual de ensino de São José dos Campos/SP, da Região Leste. Foi utilizado um Kit contendo diversos textos, como: lista telefônica, livro de convênio, conta de energia, cartão de crédito, cartão telefônico, gibis, livro de história infantil e contos, panfletos de supermercado. Buscou-se utilizar uma linguagem de acordo com a idade e os níveis de aprendizagem de cada um. Foi solicitado às crianças para identificarem a diferença entre um gibi, um livro de história infantil e um livro de conto. A diferença entre uma lista telefônica e um livro de convênio. O início da pesquisa foi elaborado da seguinte maneira: no primeiro momento cada criança recebeu uma folha de sulfite, canetinhas para escrever seu nome, idade e data do nascimento; desenharam a família, os brinquedos e os alimentos que mais gostam. No segundo momento escreveram parte de uma música e da história que mais chamam sua atenção. Desenharam a escola, o que precisa ser mudado, e registraram porque é importante aprender ler e escrever.

4. RESULTADOS

Por meio da coleta de dados foi constatado que cada criança tem seu ritmo de aprendizagem. Na pesquisa foi analisado que embora duas crianças com a mesma idade (10 anos), apresentam diferenças no momento de escrever. A de escola particular tem o domínio da letra cursiva, porém com alguns erros ortográficos; a criança da escola estadual ainda mistura letra cursiva com letra de imprensa, quanto ao nível de letramento, por meio do kit com textos diversos foi observado que eles apresentam um bom nível de letramento, uma vez que todos identificaram o uso e a função dos portadores apresentados.

Com a criança de oito anos de escola particular observamos que ela utiliza somente letra cursiva, porém ainda não adquiriu noção de separação das palavras, seu nível de letramento é compatível com as crianças de 10 anos que participaram da pesquisa.

Os resultados obtidos com duas crianças de seis anos, ambos os alunos da mesma turma de uma escola estadual, foi observado que um aluno utiliza somente letra de imprensa e expressa seus sentimentos por meio de desenhos, a avaliação com o kit revela que ainda não reconhece certos textos que circulam socialmente. A outra criança observada apresenta síndrome de Down, escreve seu nome, conhece algumas letras, comunica-se bem e tem uma boa interação com os colegas de turma.

5. DISCUSSÃO

A escola tem um papel importante na formação e desenvolvimento de cada criança, e essa importância ficou bem clara com a pesquisa realizada, percebemos desigualdades entre escolas públicas e particulares. As crianças da pesquisa que frequentam escolas particulares tem um desenvolvimento e um nível de letramento satisfatório para sua idade, isto aparentemente se deve ao comprometimento das propostas pedagógicas da escola e seu ambiente familiar. Quanto às crianças pesquisadas da escola pública, percebe-se que necessitam de um ambiente alfabetizador propício e profissionais que se preocupem com a formação e o desenvolvimento das crianças, trabalhando com projetos que vão de encontro com a necessidade daquela comunidade. Levando em conta que a educação deve ser igual para todos, percebemos que isso não acontece na prática, pois nas escolas privadas as crianças tem acesso a laboratórios, bibliotecas, sala de informática e vídeo, aprendem um segundo idioma, aula de artes, professor de xadrez, entre outras variedades.

Durante a pesquisa observamos que as crianças que frequentam as escolas estadual apresentam dificuldade em seu processo de aprendizagem, entre as causas percebemos que por não terem aulas de informática, de laboratório e outros que poderiam ajudar no processo da aquisição do conhecimento, várias escolas estaduais até possuem laboratórios, bibliotecas, mas não tem profissionais disponíveis para atuar na área, prejudicando assim o ensino das crianças. As desigualdades sociais provocam uma profunda diferença na valorização e no uso da escrita em suas práticas sociais.

Toda escola deveria oferecer diversos projetos de pesquisas de campo, por meio de passeios pedagógicos relacionados às atividades realizadas em sala de aula, permitindo que o aluno vivencie na prática os conteúdos estudados em sala. Essa atividade de pesquisa de campo pode ser realizada tanto na escola particular como na escola estadual, o resultado de uma pesquisa de campo é mais eficaz, porque não limita o ensino somente em sala de aula o que consequentemente contribui para a qualidade da aprendizagem. Em seus estudos Ferreiro (1984 p.29) relata que “o sujeito que conhecemos por meio da teoria de Piaget é aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia trata de resolver as interrogações que este mundo provoca”.

Suas pesquisas indicam que em alguns momentos a criança passa por certas indecisões quanto à escrita. Isso se deve as dificuldades para compreender a função da escrita, sendo o desenho uma alternativa para representá-la. Outras crianças já conseguem diferenciar o desenho da escrita.

Cada criança irá atingir um nível de escrita e letramento, não de acordo com sua idade cronológica, mas sim pela influência do meio em que vive. A passagem de níveis das crianças é de extraordinária riqueza, é nessa transição que fica claro que está adquirindo maturidade em seu processo de desenvolvimento.

A Lei nº 7.853/89, define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A escola é um espaço para todos, para o ensino ser considerado realmente inclusivo deve ter como objetivo respeitar as diferenças. O educador deve assumir uma nova postura e sensibilizar-se a perceber as possibilidades e potencialidades de cada aluno, construindo verdadeiras práticas inclusivas. Não se deve olhar apenas a dificuldade do aluno e sim a sua pessoa, seus sentimentos e capacidades. Conforme o professor amplia seus conhecimentos sobre determinado aluno, cria-se um vínculo afetivo tornando possível e necessário construir um projeto específico para ele.

6. CONCLUSÃO

Por meio dos resultados obtidos, dos objetivos propostos, da observação realizada durante a pesquisa, concluímos que cada criança estabelece seu próprio ritmo de aprendizagem e que o meio em que vive tem grande influência. Fica clara a diferença entre o ensino público e o particular, infelizmente a desigualdade social está presente e afeta diretamente nossas crianças. A inclusão ainda é algo que assusta e desestabiliza muitos profissionais, que ainda não estão seguros em sua formação profissional. Está comprovado que a inserção de crianças com necessidades especiais com alunos em ensino regular, representa benefícios tanto para as crianças com necessidades como para aquelas que não apresentam dificuldades no aprendizado. É urgente que a educação e a relação professor aluno se torne cada vez mais humanizada. É preciso criar condições para que o professor se sinta amparado teoricamente e valorizado, possibilitando que ambos construam valores e conceitos significativos.

7. REFERÊNCIAS

- FERREIRO, Emília , TEBEROSKY, Ana, *Psicogênese da Língua Escrita*, México, Artmed, 1984.
- SOARES, Magda, *Letramento um tema em três gêneros*. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

- AZENHA, Maria da Graça, *Construtivismo De Piaget a Emilia Ferreiro*, Editora Ática, 1994.
- FERREIRO, Emília, *Reflexões sobre alfabetização*, 18 edição, Editora Cortez, 1991.
- Brasil, Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 2 ed. Brasília/São José dos Campos. MEC/SEF/UNIVAP, 2001, Volume1.
- Revista Nova Escola, edição especial, outubro de 2006.